

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 14, DE 31 DE MARÇO DE 2021.

“Altera e acrescenta dispositivos à Lei Municipal 1.863, de 10 de setembro 2008, que dispõe sobre a criação do conselho municipal de habitação de Carmópolis de Minas e dá outras providências”.

A Câmara Municipal de Carmópolis de Minas aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º- O art. 1º da Lei Municipal nº 1.863 de 10 de setembro de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º- Fica criado o Conselho Municipal de Habitação de Carmópolis de Minas, com caráter normativo, consultivo e deliberativo, que objetiva acompanhar, avaliar propor política municipal de habitação e o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social (FMHIS), de natureza contábil, com a finalidade de centralizar e gerenciar recursos orçamentários para os programas destinados a implementar políticas habitacionais de interesse social direcionadas, prioritariamente, à população de menor renda.

Parágrafo único - o Conselho de que trata o caput deste artigo, além das atribuições previstas nesta Lei, exercerá também a função de Conselho-Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FMHIS e, nesta qualidade, terá caráter deliberativo.

Art. 2º- O art. 2º da Lei Municipal nº 1.863 de 10 de setembro de 2008 passa a vigorar acrescido do inciso VIII e dos parágrafos 1º, 2º, 3º e 4º:

Art. 2º

VIII - definir critérios de enquadramento, priorização e hierarquização das famílias cadastradas para participar de seleção de projetos habitacionais de interesse social;

§ 1º- Na qualidade de Conselho-Gestor do Fundo de que trata esta Lei:

- a) estabelecer diretrizes e fixar critérios para priorização de linha de ação, alocação de recursos do FMHIS e atendimento dos beneficiários dos programas habitacionais, observado o disposto nesta Lei, a política e o plano municipal de habitação;
- b) aprovar orçamento, planos de aplicação e metas anuais e plurianuais dos recursos do FMHIS;
- c) fixar critérios para priorização de linha de ações;
- d) deliberar sobre as contas do FMHIS;
- e) solucionar dúvidas quanto à aplicação das normas, aplicáveis ao FMHIS, nas matérias de sua competência;
- f) aprovar o Regimento Interno do Conselho-Gestor do Fundo Municipal de

Habitação de Interesse Social.

§ 2º - As diretrizes e critérios previstos na alínea a, do §1º, deste artigo deverão observar, ainda, as normas emanadas do Conselho Gestor do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, de que trata a Lei Federal nº 11124, de 16 de junho de 2005, nos casos em que o FMHIS vier a receber recursos federais.

§ 3º - O Conselho Gestor do FMHIS, com a finalidade de permitir o acompanhamento e fiscalização pela sociedade, promoverá ampla publicidade dos seguintes temas:

- a) formas e critérios de acesso aos programas que envolvam moradia
- b) metas anuais de atendimento habitacional dos recursos previstos, aplicados e identificados pelas fontes de origem;
- c) áreas objeto da intervenção;
- d) números e valores dos benefícios e dos financiamentos e subsídios concedidos.

§ 4º - O Conselho Gestor do FMHIS promoverá audiências públicas e conferências representativas dos segmentos sociais existentes, para debater e avaliar critérios de alocação de recursos e programas habitacionais existentes.

Art. 3º- O art. 6º passa a vigorar acrescido dos parágrafos 3º e 4º e o *caput* e incisos I, II, III, IV, V passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 6º - O Conselho Municipal será composto por 8 (oito) membros, sendo 4 (quatro) representantes do Poder Público e 4 (quatro) da sociedade civil, na seguinte ordem:

- I - Um representante da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação;
- II - Um representante da Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Rural;
- III - Um representante da Defesa Civil;
- IV - Um representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Agricultura e Meio Ambiente;
- V - quatro representantes da sociedade civil;

§3º - A Presidência do Conselho de que trata o *caput* deste artigo será exercida pelo representante da Secretaria Municipal de Assistência Social e, na sua ausência, pelo respectivo suplente.

§ 4º - O Presidente do Conselho Municipal de Habitação exercerá o voto de qualidade.

Art. 4º - No art. 13 da Lei Municipal nº 1.863 de 10 de setembro de 2008, fica acrescido as alíneas “f”, “g” e “h”. Passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 13º-.....

- f) dotações federais ou estaduais não reembolsáveis, a ele especificamente destinadas;
- g) empréstimos concedidos ao Município por organismos estaduais, federais,

internacionais ou privados, para aplicação em programas e/ou projetos habitacionais de interesse social;

h) produto da aplicação de seus recursos no mercado financeiro, quando os recursos estiverem disponíveis.

Art. 5º- Acrescenta-se o art. 14- A na Lei Municipal nº 1.863 de 10 de setembro de 2008, com a seguinte redação:

Art. 14-A Fica estabelecido que as aplicações dos recursos do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social serão destinadas às ações vinculadas aos Programas de Habitação de Interesse Social que contemplem:

I - aquisição, construção, conclusão, melhoria, reforma, locação social e arrendamento de unidades habitacionais em áreas urbanas e rurais;

II - produção de lotes urbanizados para fins habitacionais;

III - urbanização, produção de equipamentos comunitários, regularização fundiária e urbanística de área caracterizada de interesse Social;

IV - implantação de saneamento básico, infraestrutura e equipamentos urbanos, complementares aos programas habitacionais de interesse social;

V - aquisição de materiais para construção, ampliação e reforma de moradias;

VI - recuperação ou produção de imóveis em áreas encortiçadas ou deterioradas, centrais ou periféricas, para fins habitacionais de interesse social;

VII - outros programas e intervenções na forma aprovada pelo Conselho Municipal de Habitação, na qualidade de Conselho-Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social.

Parágrafo único - Será admitida a aquisição de terrenos para implantação de projetos habitacionais.

Art. 6º-Ficam revogados os incisos XI a IX do art. 6º e o parágrafo único do art. 9º da Lei Municipal nº 1.863 de 10 de setembro de 2008.

Art. 7º- Ficam mantidas todas as demais disposições da Lei Municipal nº 1.863 de 10 de setembro de 2008.

Art. 8º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Carmópolis de Minas, 09 de abril de 2021.

Ver. Geraldo Lucas de Lima e Silva
Relator

Ver. Marcelo de Freitas dos Reis
Presidente

Ver. Dirceu da Silva

Segundo Secretário